

**ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Denominação, Sede, Foro, Prazo de Duração e Objeto.** **Art. 1º** - A **Ipsis Gráfica e Editora S.A.** é uma sociedade anônima que se regerá por este Estatuto Social, pelas disposições legais aplicáveis e pelas leis e usos da atividade empresarial. **Art. 2º** - A Companhia tem por objeto principal a composição e impressão de livros, anuários, revistas, jornais, catálogos, cadastros, material para uso publicitário, material para outros usos, listas e outros produtos gráficos; a edição de livros, revistas e jornais; serviços de pré-impressão, serviços de encadernação e demais acabamentos gráficos; fabricação de embalagens de papel simples, cartolina, papel cartão, papel ondulado, plastificadas e de acabamento especial, podendo também estabelecer, adquirir e explorar indústria e comércio relacionados com aquele objeto; bem como a prestação de serviços de jornalismo, redação e revisão de textos, coleta de notícias e informações e seu preparo para divulgação mediante a edição de jornais, periódicos e/ou conteúdo em mídia eletrônica; serviços de produção gráfica e atividades de realização de curso, presencial e à distância, relacionado à área gráfica. **Parágrafo Único** - Quando houver disponibilidade, a Companhia poderá, sem prejuízo de seu objeto principal, adquirir imóveis e/ou participar mediante subscrições ou outro meio de aquisição, do capital de outras empresas. **Art. 3º** - A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Vereador José Nanci, nº 151, Subdistrito do Parque Jacatuba, CEP 09290-415, podendo a juízo da Diretoria, ser criadas agências ou filiais. **Parágrafo Único** - A Companhia possui filiais na Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Lourdes, nº 250, Casa Branca, CEP 09015-340 e na Cidade de Mauá, Estado de São Paulo Avenida Papa João XXIII, nº 4.384 - Galpão Principal, Bairro Sertãozinho, CEP 09370-800. **Art. 4º** - o prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II. Capital Social e Ações.** **Art. 5º** - o capital social da Companhia é de R\$ 3.666.650,00 (três milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e seis reais), dividido em 146.666 (cento e quarenta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis) ações, todas ordinárias, nominativas, de valor nominal de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) cada uma. **Art. 6º** - Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto na Assembleia Geral. As ações preferenciais, se emitidas, não terão direito a voto, tendo como única vantagem a prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, na proporção de sua participação no capital social, em caso de eventual liquidação da Companhia. **Capítulo III. Assembleia Geral.** **Art. 7º** - A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da Companhia e tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento e reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei nº 6.404/76, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação por qualquer membro da Diretoria. **Art. 8º** - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. **Art. 9º** - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Diretor-Presidente, ou, na ausência deste, por qualquer Diretor ou, ainda, por acionista escolhido pela maioria de votos dos presentes. O Presidente da Assembleia escolherá 1 (um) ou mais secretários. **Parágrafo Único** - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do artigo 126, §12, da Lei nº 6.404/76. **Art. 10º** - Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e em acordo de acionistas da Companhia, compete à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias previstas neste Estatuto, em especial o seguinte: (a) Estabelecer as diretrizes gerais para a administração da Companhia; (b) Aprovar o Plano de Negócios Anual e os Orçamentos Anuais e/ou Plurianuais da Companhia, bem como as eventuais alterações nestes documentos; (c) Definir a organização estrutural da Companhia, com especial consideração às disposições deste Estatuto; (d) Aprovar a contratação de empréstimos, financiamento e a realização de operações afins que criem endividamento para a Companhia; (e) Eleger e destituir os Diretores e fixar-lhes as atribuições, observado o disposto neste Estatuto Social; (f) Fiscalizar a atuação da Diretoria e examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia; (g) Emitir opinião sobre os relatórios da Administração, sobre as contas da Diretoria, sobre as demonstrações financeiras, bem como examinar os livros e a contabilidade da Companhia; (h) Aprovar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício; (i) Deliberar sobre a distribuição de lucros aos empregados e administradores; (j) Coordenar a distribuição entre os Diretores da Companhia da remuneração aprovada globalmente pela Assembleia Geral; (k) Aprovar a celebração, pela Companhia, de acordos de acionistas de sociedades de cujo capital participe; (l) Determinar o levantamento de balanços semestrais, intermediários ou intercalares; (m) Aquisição das próprias ações pela Companhia para permanência em tesouraria, cancelamento e/ou posterior alienação; (n) Aprovar a celebração de qualquer transação entre a Companhia e qualquer dos acionistas ou qualquer sociedade coligada, controlada, controladora ou sob controle comum de qualquer dos acionistas, que gere obrigações para a Companhia e que não observe condições equitativas e de mercado; e (o) Aprovar transações que envolvam a compra, venda, alienação, transferência ou constituição de gravames nos bens imóveis de propriedade da Companhia. **Capítulo IV. Administração.** **Art. 11º** - A Companhia será administrada por uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro** - Cabe à Assembleia Geral fixar a remuneração dos Diretores da Companhia. A remuneração poderá ser votada em verba individual, para cada membro, ou verba global. **Parágrafo Segundo** - Os membros da Diretoria ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão. **Parágrafo Terceiro** - Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição. **Parágrafo Quarto** - Os diretores da Diretoria serão lavrados atas nos livros próprios. **Seção 1 - Diretoria** **Art. 12º** - A Diretoria será composta por até 4 (quatro) diretores, sendo 1 (um) Diretor-Presidente, 1 (um) Diretor de Operações, 1 (um) Diretor Financeiro e 1 (um) Diretor Comercial, todos residentes no País, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. **Parágrafo Único** - O prazo de gestão dos Diretores se estende até a investidura dos novos Diretores eleitos. **Art. 13º** - A Diretoria, como órgão de administração executiva, está investida de poderes para realizar todas as operações e praticar os atos de administração e representação necessários à consecução dos objetivos sociais, de acordo com a lei e com este Estatuto. **Parágrafo Único** - caberá ao Diretor Presidente a coordenação geral das atividades da Companhia, a supervisão das atividades dos demais Diretores, e a presidência das reuniões da Diretoria. **Art. 14º** - A Diretoria se reunirá sempre que o interesse social exigir, preferencialmente na sede da administração da Companhia, se convocada pelo Diretor-Presidente, com antecedência mínima de 3 (três) dias, podendo ser dispensada em caso de comparecimento de todos os Diretores em exercício. **Parágrafo Único** - Das convocações deverão constar data, hora e local da reunião, a ordem do dia, e, em anexo, cópia de todos os documentos pertinentes às deliberações a serem tomadas. **Art. 15º** - Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e neste Estatuto, compete à Diretoria: (a) Conduzir a política geral e de administração da Companhia; (b) Coordenar o andamento das atividades normais da Companhia, incluindo o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleias Gerais e nas suas próprias reuniões; (c) Elaborar os planos de negócios e os orçamentos da Companhia, anuais e/ou plurianuais, e submetê-los à Assembleia Geral; (d) Executar os planos de negócios e os orçamentos da Companhia, aprovados pela Assembleia Geral; (e) Submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido de cada exercício social; (f) Determinar o levantamento de balanços semestrais ou intermediários; (g) Elaborar o relatório e as demonstrações financeiras de cada exercício social; (h) Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias; (i) Transigir, renunciar, desistir, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações de recursos, adquirir, hipotecar, empenhar ou de qualquer forma onerar bens móveis e conceder garantias a obrigações de terceiros, assinando os respectivos termos e contratos; (j) Representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais; (k) Escolher os auditores independentes e destituí-los; e (l) Exercer outras atribuições legais ou que lhe sejam conferidas pela Assembleia Geral. **Art. 16º** - A Companhia obrigará-se à seguinte forma: (a) Pela assinatura isolada do Diretor Presidente; (b) Pela assinatura isolada do Diretor de Operações; (c) Pela assinatura de 1 (um) Diretor Financeiro ou de 1 (um) Diretor Comercial, sempre em conjunto com o Diretor Presidente ou o Diretor de Operações; (d) Pela assinatura de 1 (um) Diretor Comercial, exclusivamente para a prática dos atos elencados no Parágrafo Primeiro abaixo; (e) Pela assinatura conjunta de 1 (um) Diretor Financeiro ou 1 (um) Diretor Comercial, com 1 (um) Procurador, legalmente constituído pela Companhia, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes ali contidos; (f) Por 1 (um) Procurador isoladamente, legalmente constituído pela Companhia, quando assim for designado nos respectivos instrumentos de mandato e de acordo com a extensão de poderes ali contidos; (g) Pelos Procuradores *ad judicia*, para defesa da Companhia em processos administrativos e judiciais, observados os poderes outorgados no respectivo instrumento de mandato. **Parágrafo Primeiro** - Nos termos da alínea "d" do presente Artigo, os seguintes atos poderão ser praticados isoladamente pelo Diretor Comercial da Companhia: (i) assinatura de Planilhas de Preços, Orçamentos, Propostas, Declarações, Informes, Comunicados e Dados Básicos; (ii) assinatura de documentos relativos a contratos de fornecimento de produtos e serviços perante qualquer órgão ou empresa, público, privado ou de economia mista, com ou sem fins lucrativos; (iii) assinatura de documentos referentes a licitações, concorrentes públicas, privadas e demais correlatos de que participe a Sociedade visando a prestação dos seus serviços, inclusive nomeando prepostos para a representação da Sociedade; e (iv) assinatura de todas as rotinas administrativas perante aos órgãos públicos. **Parágrafo Segundo** - Os Procuradores da Companhia serão nomeados através de instrumento público ou particular, com poderes específicos, nomeados sempre mediante a assinatura do Diretor Presidente, e, salvo as procurações outorgadas para fins de representação em processos judiciais ou administrativos, as demais terão prazo de validade determinado, não superior a 1 (um) ano. **Parágrafo Terceiro** - São expressamente proibidos e serão nulos de pleno direito quaisquer atos praticados por administradores, procuradores ou empregados da Companhia que sejam estranhos ao objeto social ou aos negócios da Companhia, tais como averse, endossos e outras garantias de favor. **Parágrafo Quarto** - A Companhia será representada isoladamente por qualquer dos membros da Diretoria, sem as formalidades previstas neste artigo, nos casos de recebimento de citações ou notificações judiciais e na prestação de depoimento pessoal. **Capítulo V. Conselho Fiscal.** **Art. 17º** - O Conselho Fiscal da Companhia, composto por 03 (três) membros e suplentes em igual número, não terá caráter permanente, e só será eleito e instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas, nos casos previstos em lei. **Art. 18º** - o funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação, podendo os seus membros ser reeleitos. **Art. 19º** - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, bem como sua competência, deveres e responsabilidades obedecerão ao disposto em lei. **Capítulo VI. Exercício Social e Lucros.** **Art. 20º** - o exercício social inicia-se em 12 de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. **Art. 21º** - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria deverá elaborar o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por lei, que compreenderão a proposta de destinação do lucro líquido do exercício. **Parágrafo Único** - A Diretoria poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou referentes a períodos inferiores, observadas as disposições legais. **Art. 22º** - Do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto Sobre a Renda. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. **Art. 23º** - Do lucro líquido do exercício, definido no artigo 191 da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. **Parágrafo Único** - A constituição da reserva legal será dispensada no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, §1º, da Lei nº 6.404/76, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social. **Art. 24º** - A Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **Art. 25º** - Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos de lei, e se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autoriza sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. **Art. 26º** - A Assembleia Geral poderá aprovar a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados em balanço semestral ou, respeitados os preceitos legais, em períodos menores. **Parágrafo Primeiro** - Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser distribuídos dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Parágrafo Segundo** - Os dividendos atribuídos na forma do caput deste artigo 25 e do parágrafo anterior constituirão antecipação do dividendo obrigatório. **Art. 27º** - A Companhia poderá também fazer pagamento de juros sobre o capital próprio, observadas as limitações legais. **Capítulo VII. Liquidação.** **Art. 28º** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral, e se extinguirá pelo encerramento da liquidação. **Parágrafo Único** - A Assembleia Geral nomeará o liquidante, as formas e diretrizes a seguir e fixará os seus honorários. **Capítulo VIII. Disposições Gerais.** **Art. 29º** - A Companhia observará os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da

**1. Data, Hora e Local:** No dia e data de abril de 2025, às 11h00, na sede social da Delta Global Sociedade de Crédito Rural S.A. ("Companhia"), na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, nº 1855 - 8º andar - Vila Olímpia, CEP 05458-903. **2. Convocação e presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei das S.A. ("Lei das S.A."), de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença dos acionistas da Companhia, representando a totalidade do seu capital social, conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Pedro Henrique Ricco Oliveira; Secretário: Sr. Marcos Gustavo da Cunha Valle. **4. Ordem do dia:** (i) exame, discussão e votação acerca das demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a saber Balanço Patrimonial e as seguintes demonstrações: Resultado do Exercício; Resultado Abrangente; Mutações do Patrimônio Líquido; Fluxos de Caixa; Nota Explicativa e Relatório dos Auditores Independentes ("Demonstrações Financeiras"); (ii) destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024; (iii) eleição de membro da Diretoria da Companhia, sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil; e (iv) consolidação da composição da Diretoria da Companhia. **5. Considerações Preliminares:** De acordo com o artigo 121, parágrafo único da Lei das S.A., essa Assembleia Geral foi realizada de maneira digital e os votos relativos às matérias acima, foram manifestados expressamente durante esta Assembleia, com a assinatura dos participantes de forma eletrônica através de sistema eletrônico com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a sua autoria e a integridade, na forma do § 2º do art. 10 da medida provisória nº 2.200-2/2001. Os acionistas autorizaram a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do Artigo 130, § 1º da Lei das S.A. Tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do Capital Social votante da Companhia, considero-se sanada a falta de publicação dos anúncios previstos no Artigo 133 da Lei das S.A., bem como a inobservância dos prazos referidos em tal artigo, nos termos do parágrafo 4º, Artigo 133, da Lei das S.A. **6. Deliberações:** Colocadas as matérias em discussão e a posterior votação, após os esclarecimentos de que os documentos mencionados no item 4º da ordem do dia haviam sido publicados na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) em 09 de abril de 2025 cuja verificação poderá ser realizada através do link: [E11AC71CDAEB82D8893D7EB61A3C8ACAC4BD484](https://E11AC71CDAEB82D8893D7EB61A3C8ACAC4BD484), os acionistas deliberaram o seguinte: **6.1.** Aprovar, sem ressalvas, todos os documentos mencionados no item 1º da ordem do dia; **6.2.** Aprovar/revogar a eleição e o prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 138.107,00 (cento e trinta e oito mil, cento e sete reais), permanecerá na conta de prejuízos acumulado da Companhia até ulterior deliberação; **6.3.** Aprovar/revogar a eleição do Sr. **Marcos Gustavo da Cunha Valle**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da C.I. RG nº 22.837.766 SSP/SP e do CPF nº 097.955.778-08, residente em São Paulo - SP, com domicílio empresarial na Avenida Doutor Cardoso de Melo, nº 1855 - 8º andar - Vila Olímpia, CEP 05458-903. **6.3.1.** O mandato do diretor ora eleito é unificado aos demais diretores da companhia e se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia geral a ser realizada em 23 de novembro de 2026. **6.3.2.** O diretor eleito apresentou as declarações, de que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da sociedade e nem condenado ou sob efeito de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, e a pública ou a propriedade, a qual se encontra arquivada na sede da sociedade. **6.3.3.** O diretor ora eleito será investido em seu cargo após: (i) a homologação de sua eleição pelo Banco Central do Brasil, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis; e (ii) a assinatura do termo de posse no livro próprio. **6.4.** Face a eleição deliberada no item supra, consolida-se o quadro dos diretores junto ao BCB, cujo mandato se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia geral a ser realizada em 23 de novembro de 2026: **Diretoria:** (mandato se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia geral a ser realizada em 23 de novembro de 2026). Pedro Henrique Ricco Oliveira, Diretor Presidente. Marcos Gustavo da Cunha Valle, Diretor Sem Designação Específica. **7. Encerramento, Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente Assembleia Geral Extraordinária, a qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Mesa: Presidente: Sr. Pedro Henrique Ricco Oliveira; Secretário: Sr. Marcos Gustavo da Cunha Valle. Acionistas: Delta BC Holding S.A., por Sr. Pedro Henrique Ricco. As partes aditem com a válida a assinatura do presente instrumento em forma eletrônica, por meio da plataforma digital, sistema eletrônico com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a sua autoria e a integridade, na forma do § 2º do art. 10 da medida provisória nº 2.200-2/2001. São Paulo, 30 de abril de 2025. Pedro Henrique Ricco Oliveira, Presidente; Marcos Gustavo da Cunha Valle, Secretário. Acionistas: Delta BC Holding S.A., por Sr. Pedro Henrique Ricco Oliveira. JUCESP nº 182.582/25-5 em 09/06/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

São convocados os acionistas da **Companhia Brasileira de Cartuchos**, na forma da lei, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada às 08 horas, do dia 29 de dezembro de 2025, na sede da Companhia, localizada na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Bairro Bocaina, CEP 0942-900, na Cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Exame, discussão e aprovação das contas dos administradores referentes ao exercício de 2025, referente ao período de janeiro a novembro de 2025, incluindo demonstrações financeiras parciais (artigo 176 da Lei nº 6.404/1976). (ii) Aprovação da destinação antecipada do lucro líquido apurado em 2025, referente ao período de janeiro a novembro de 2025, com distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, isentos de imposto de renda para pessoas físicas sob a legislação vigente até 31/12/2025 (art. 10 da Lei nº 9.249/1995). (iii) ratificar a deliberação da diretoria sobre dividendos intermediários, referente ao período de janeiro a novembro de 2025, realizada com base de balanço intermediário. (iv) outros assuntos de interesse social. Ribeirão Pires, 19 de dezembro de 2025. **Fabio Luiz Munhoz Mazzaro** – Diretor Presidente; **Sandro Moreira Nogueira** – Diretor Administrativo e Financeiro. (22, 23 e 24/12/2025)



Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira  
ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/12/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **[www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)**

